

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.262 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 2001

## Plenário aprova projetos que ampliam direitos trabalhistas

Um deles incorpora ao aviso prévio indenizado as horas extras habituais. Outro garante prioridade para julgamento dos processos de dispensa por justa causa, e um terceiro estabelece regras que disciplinam os anúncios de emprego

### EM SEMINÁRIO NO SENADO, PRESIDENTE DO BC E ECONOMISTAS REJEITAM A DOLARIZAÇÃO

Armínio Fraga (E), presidente do BC, fala no seminário, ao lado do senador Bernardo Cabral: sinais de fortalecimento da economia



Não existe qualquer motivo para o Brasil dolarizar sua economia, assegurou ontem o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, em seminário promovido pela Comissão de Assuntos Econômicos. Outros economistas manifestaram opinião semelhante.

PÁGINA 5

**Reflexos no Mercosul preocupam senadores**

PÁGINA 5

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que assegura a incorporação ao aviso prévio indenizado das horas extras habitualmente pagas ao empregado. A matéria será encaminhada agora para sanção presidencial. Também foi aprovado projeto que obriga a Justiça do Trabalho a julgar no máximo em 120 dias os processos que envolvem demissões por justa causa. Como o texto original foi alterado, a proposta voltará a ser examinada pela Câmara. O mesmo ocorrerá com projeto que disciplina os anúncios de emprego, também acolhido ontem pelos senadores.

PÁGINA 3

**Atividade de peão de rodeio deve ser equiparada à de atleta profissional**

PÁGINA 3

## Jader Barbalho assina pedido de CPI

Como havia prometido, o presidente do Senado, Jader Barbalho, assinou requerimento das oposições para criar CPI destinada a apurar casos de corrupção. O senador explicou sua decisão ao presidente Fernando Henrique e conta que encontrou compreensão para seus motivos, que são de natureza pessoal. Jader também recebeu o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, que o informou como o governo pretende pagar as perdas do FGTS.

PÁGINA 2



O líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio, o ministro Francisco Dornelles e o senador Jader Barbalho, durante encontro no Senado

CMO debate com secretário do Tesouro o crescimento da dívida

PÁGINA 4



**Álvaro vê na MP do passe resultado de trabalho da CPI**

PÁGINA 4



**Prefeito acusado vai depor em audiência pública**

PÁGINA 4

# Jader assina requerimento de CPI para apurar casos de corrupção

Senador conta que falou com Fernando Henrique Cardoso sobre o assunto e presidente entendeu as razões de sua atitude

O presidente do Senado, Jader Barbalho, assinou ontem o requerimento para instalar uma CPI destinada a investigar casos de corrupção. Ele anunciou quarta-feira que assinaria o documento, assim que sua assessoria terminasse de rever o texto. O senador disse que informou o presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a razão da sua decisão: "Uma necessidade pessoal de assinar, que o presidente entendeu perfeitamente", explicou.

Jader esclareceu que caberá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidir sobre a questão levantada pelo líder do go-



Conforme Jader Barbalho, caberá à CCJ avaliar a legalidade de sua assinatura

verno no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), quanto à legalidade da assinatura do presidente do Senado em pedidos de

criação de CPIs. O líder alega que o presidente não pode ser ao mesmo tempo parte (como signatário) e árbitro (como magistrado no processo de instalação da CPI).

— Esse é um problema que a CCJ vai responder, não tenho nada a dizer. A comissão é que irá se manifestar em relação ao assunto — concluiu Jader Barbalho.

Com a assinatura do senador, o requerimento passou a contar com 22 apoios — são necessários 27 — no Senado. O líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra (PT-SE), disse acreditar que outros parlamentares do PMDB apoiarão a CPI.

## Francisco Dornelles comunica fórmula acordada para pagar perdas do FGTS

Em visita ao presidente do Senado, Jader Barbalho, o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, comunicou ontem a conclusão do acordo entre governo, centrais sindicais e empresários em torno da fórmula para pagar aos trabalhadores os valores relativos às perdas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) provocadas pelos planos Collor e Verão.

Dornelles forneceu a Jader os detalhes do entendimento para pagar essa correção do FGTS, que será viabilizado por meio de medida provisória e de um projeto de lei complementar que o Executivo encaminhará ao Legislativo. Apesar dos protestos dos empresários contra a fórmula definida, o ministro destacou, à saída do gabinete do presidente do Senado, a importância do

entendimento obtido.

O encontro entre Jader e Dornelles foi acompanhado pelos senadores Leomar Quintanilha (TO) e Fernando Matusalém (RO), que integram o mesmo partido do ministro (o PPB), bem como pelo deputado Arthur Virgílio, líder do governo no Congresso. O ministro também visitou o presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves.

## PRESIDENTE DO PARLAMENTO ALEMÃO RECEBIDO EM AUDIÊNCIA

O presidente do Senado, Jader Barbalho, recebeu na manhã de ontem o deputado Wolfgang Thierse, presidente do Parlamento alemão, o Bundestag, que veio ao Brasil, à frente de uma comitiva parlamentar, para estreitar as relações políticas entre os dois países. Os parlamentares alemães também foram recebidos pelo presidente da Câmara, Aécio Neves.

No encontro, o senador Jader Barbalho trocou idéias com o deputado alemão a respeito dos diferentes campos em que será possível estreitar as relações entre Brasil e Alemanha.



## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 2001

Presidente  
Senador Jader Barbalho

### PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

### PREVISÃO

Segunda-feira

14h30 — Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 69/99, que trata do financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 87/99 (constituição de guardas municipais); PLC nº 15/00, que institui o dia 8 de julho como o Dia Nacional da Ciência; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para exploração de serviço de radiodifusão; e Requerimento nº 61/01, do senador Amir Lando, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 92/2000, que já se encontra apensado ao PLS nº 101/2000, com o de nº 539/99, por regularem a mesma matéria.

19h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: apreciação de medidas provisórias. Plenário da Câmara dos Deputados

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 57/95, que altera os limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória de servidor público em geral; votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 63/99; votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno (votação nominal, se não houver emendas), da PEC nº 69/99, que trata do financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; substitutivo da Câmara ao PLS nº 83/91, que dispõe sobre linhas de crédito aos projetos de irrigação; PLS nº 104/95, que altera dispositivos da lei de execução penal sobre exame criminológico e progressão do regime de execução das penas privativas de liberdade; entre outros.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 10/00 (veda instituir imposto sobre cadernos escolares); PLS nº 196/95, que concede anistia a trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório; PLS nº 167/95, que dispõe sobre a retirada de fabricação de modelos de veículos automotores; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para explorar serviço de radiodifusão; PR nº 1/99-CN, que dispõe sobre o valor da pensão do dependente do segurado, do extinto IPC, a ser concedida ou mantida pela União; e PEC nº 50/96, que prevê a perda de mandato por infidelidade partidária.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: audiência pública para discutir a política de prevenção de acidentes e a segurança operacional da Petrobras. Convidados: os presidentes da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, e da Associação dos Engenheiros da Petrobras, Fernando Siqueira; do diretor-presidente da Agência Nacional do Petróleo (ANP), David Zylbersztajn; e do diretor da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Maurício França Rubem. Plenário do Senado

15h — CPI do Roubo de Cargas

Pauta: depoimento do prefeito de Amapá do Maranhão, Aveny Pacheco. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

15h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: avaliação do cumprimento das metas fiscais do último quadrimestre; e apreciação dos relatórios apresentados às contas do presidente da República referentes aos exercícios de 1995 e de 1999. Plenário nº 2 do Anexo Luis Eduardo Magalhães da Câmara

17h — Conselho de Ética

Pauta: votação de requerimento de nova convocação, em reunião secreta, dos procuradores da República Guilherme Schelb e Eliana Torelly. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

Após a Ordem do Dia — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PLC nº 11/00, que dispõe sobre o aumento de capital nas empresas públicas ou sociedades de economia mista sob o controle da União; PLC nº 2/00, que dispõe sobre o valor das benfeitorias executadas com recursos públicos nas desapropriações para fins de reforma agrária; entre outros. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLC nº 88/00, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção nas embalagens de roupas íntimas de orientações impressas sobre a importância de exames preventivos de câncer de mama, colo de útero e de próstata; PLC nº 98/00, que estabelece que o poder público procederá a identificação das áreas desertificadas, as quais somente poderão ser exploradas mediante a adoção de um plano de manejo, com emprego de tecnologia capaz de interromper o processo de desertificação; PLC nº 101/00, faculta às gestantes o acesso a ônibus, cinemas e outros locais sem a utilização da catraca ou roleta, quando assim o exigir; entre outros. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — CPI do Futebol

Pauta: depoimento do ex-presidente do Fluminense Football Club Manoel Schwartz e de José Pereira Antelo, ex-presidente do Conselho Deliberativo do Fluminense. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Processos de justa causa poderão ter prioridade

Senado aprova projeto que obriga Justiça do Trabalho a julgar em até 120 dias os casos que envolvem demissões de empregados por justa causa. Como o texto da Câmara foi alterado, a matéria voltará a ser apreciada pelos deputados

## Agências de transporte tramitarão com urgência

O projeto de criação de duas novas agências reguladoras – ligadas aos transportes terrestre e aquaviário – será apreciado em regime de urgência pelo Senado Federal. Mensagem solicitando esse tipo especial de tramitação foi enviada pelo Executivo à Casa. Estabelecida a urgência, o Senado tem 45 dias para votar a matéria.

A expectativa é de que o projeto comece a ser analisado nos próximos dias pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Já aprovado pela Câmara, o texto enviado pelo Poder Executivo estabelece normas para a concessão de serviços nos dois setores e prevê a extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). O senador que vai relatar o projeto ainda será indicado.

Entre os princípios básicos que devem reger a atuação do governo no setor, segundo o projeto, estão os de promover o desenvolvimento, assegurar a unidade nacional e estimular a integração regional. Outras metas propostas são as de proteger os interesses dos usuários, compatibilizar as atividades na área de transporte com a preservação do meio ambiente, promover a conservação de energia e estabelecer prioridade para o deslocamento de pedestres e o transporte coletivo de passageiros.

Caberá ao Ministério dos Transportes formular as políticas nacionais para os setores ferroviário, rodoviário e aquaviário, sempre de acordo com os princípios gerais estabelecidos no projeto. Além disso, o ministério estabelecerá as normas da política tarifária a ser exercida nas outorgas de prestação de serviços, levando em conta critérios uniformes para a cobrança de pedágio ao longo das rodovias federais.



Na votação da matéria, em sessão presidida pelo senador Jader Barbalho, prevaleceu a idéia de enfrentar a "indústria da justa causa"

## Volta à Câmara o projeto que disciplina anúncios de emprego

Os anúncios de oferta de emprego deverão conter, obrigatoriamente, o nome e o ramo de atividade da empresa que oferece a vaga, o número de postos à disposição, as funções a serem desempenhadas e a remuneração a ser paga aos possíveis contratados. Esses são os critérios do projeto, aprovado ontem pelo Plenário do Senado, que disciplina os anúncios de oferta de empregos. O texto da Câmara foi acrescido de duas emendas, que serão agora submetidas à apreciação dos deputados.

A principal mudança, sugerida pelo relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Geraldo Cândido (PT-RJ), acrescen-

ta penalidade para o caso de uma empresa reincidir em infração pela terceira vez. O projeto originário da Câmara previa multa de 1.200 Ufirs na primeira infração e a suspensão do direito de anunciar por 60 dias, em caso de reincidência, e por um ano, numa segunda reincidência. Com a emenda do relator, a empresa que reincidir uma terceira vez na infração terá seu alvará de funcionamento cassado. Se o anunciante for pessoa física, ficará sujeito a multa de 1.500 Ufirs.

Para Cândido, o projeto garante o respeito à pessoa que procura emprego, evitando que ela seja ludibriada ou explorada por empregadores inescrupulosos.

## Aviso prévio indenizado deverá incorporar horas extras habituais

O Senado enviou à sanção presidencial projeto originário da Câmara que incorpora ao pagamento do aviso prévio indenizado o valor das horas extras pagas habitualmente ao empregado. A proposta, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), inclui os reajustes salariais concedidos coletivamente em cumprimento de aviso prévio.

Conforme o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), que relatou a matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), as incorporações apenas referendam reiteradas decisões judiciais de mesmo conteúdo.

Três emissoras de rádio foram au-

torizadas ontem a explorar serviços de radiodifusão. Uma delas – a Rádio Globo de São Paulo – teve sua concessão renovada. A segunda rádio ficará sob a responsabilidade da prefeitura de São José do Rio Preto (SP). A outra será administrada pela Associação Comunitária de Radiodifusão de Conceição de Ipanema (MG).



Antero de Barros relatou o projeto de lei na CAS

Os processos judiciais envolvendo a demissão de empregados por justa causa terão prioridade de julgamento, conforme projeto aprovado ontem pelo Plenário do Senado. Originária da Câmara, a proposta foi aprovada na forma de substitutivo apresentado pelo relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Moreira Mendes (PFL-RO), e deverá ser reexaminada pela Casa de origem.

Conforme o projeto, os processos judiciais abertos por empregados demitidos por justa causa deverão ter audiência de conciliação e julgamento em no máximo 30 dias, contados a partir da data em que a ação foi ajuizada. O julgamento final dessas ações

deverá ocorrer em até 120 dias.

Na opinião dos relatores da matéria, os senadores Osmar Dias (PSDB-PR) e Moreira Mendes, na CAS, e Roberto Freire (PPS-PE), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a medida aprovada visa combater a "indústria da justa causa", à qual muitos empregadores recorrem indevidamente para se desobrigarem do pagamento de encargos trabalhistas.

As situações caracterizadas como falta grave, que justificam a dispensa por justa causa, estão determinadas em lei, "não podendo ser estabelecidas ao arbítrio do empregador", observou o senador Osmar Dias em seu parecer favorável ao projeto.

## Aprovada proposta que equipara peão de rodeio a atleta profissional

O projeto de lei da Câmara que equipara a atividade de peão de rodeio à dos atletas profissionais foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado e será encaminhado agora à sanção presidencial. A proposta foi relatada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pelo senador



O senador Gilvam Borges foi o relator da proposta na CAS

Gilvam Borges (PMDB-AP). Para o autor do parecer favorável à matéria na Comissão de Educação (CE), senador Romeu Tuma (PFL-SP), a principal contribuição do projeto está no fato de ele assegurar um conteúdo mínimo para os contratos celebrados entre as entidades promotoras e os profissionais, como a obrigatoriedade de contratação de seguro, enquadramento previdenciário e recolhimento de contribuições.

O projeto estabelece ainda, como forma de proteção aos peões, que a entidade promotora que estiver com o pagamento de seus atletas em atraso há mais de seis meses não poderá participar de qualquer competição oficial ou amistosa.

O projeto foi aprovado com emenda do relator que, por incorporar legislação vigente ao texto,

não implicará nova apreciação do assunto pela Câmara, esclareceu o senador Edison Lobão (PFL-MA), no exercício da presidência. Com a emenda, Tuma reitera que a celebração de contrato de trabalho com peões maiores de 14 e menores de 21 exigirá assenti-

mento expresso dos responsáveis legais e que não é permitida nenhuma forma de trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14.

### FUNDOS

Transcorreu ontem o terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional que reserva 25% dos recursos dos fundos constitucionais de desenvolvimento a obras estaduais de infra-estrutura, apresentada pelo senador Luiz Otávio (sem partido-PA).

Os três fundos constitucionais de desenvolvimento destinam-se a garantir recursos para o financiamento de atividades produtivas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para o que contam com 3% do produto da arrecadação dos Impostos de Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI).

# CMO ouve o secretário do Tesouro Nacional sobre dívida

Fábio Barbosa, do Tesouro Nacional, inicia série de debates com parlamentares a respeito dos pontos fundamentais dos gastos da União

O secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, falará dia 5 à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o crescimento da dívida pública e os gastos da União no pagamento de juros, iniciando uma série de debates de deputados e senadores sobre pontos fundamentais dentro dos gastos da União. O objetivo é tornar mais compreensível o projeto orçamentário para a população, inclusive com a distribuição de cartilhas.

A idéia do presidente da comissão, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), é levar especialistas e técnicos do governo para tratar de assuntos polêmicos, como aumento da carga tributária, dívida pública, crescimento do PIB, câmbio e gastos com juros.

— A dívida federal cresceu por vários motivos, entre eles a rolagem das dívidas de estados e municípios. Nesses debates, vamos esmiuçar a dívida pública, para esclarecer à população por que che-

gamos aos números atuais — afirma Goldman.

O Orçamento 2001 prevê que a dívida pública bruta da União, no mercado interno e no exterior, chegará a R\$ 873,6 bilhões em 31 de dezembro próximo. No entanto, descontados os empréstimos a estados, municípios, empresas e pessoas, a dívida líquida federal cai para cerca de R\$ 350 bilhões. O gasto líquido com juros desta dívida deverá ficar neste ano em R\$ 45,4 bilhões.

Alberto Goldman afirma ainda que as audiências públicas vão esclarecer a verdadeira carga tributária do Brasil, mencionada constantemente como sendo de 31% do Produto Interno Bruto (PIB).

— Este percentual é considerado muito elevado, mas é um cálculo bruto, pois inclui as contribuições previdenciárias e o FGTS, que, no final, se transformam em salários indiretos — disse o senador.

Um dos debates seguintes, com a presença de economistas indepen-

dentos, abordará o tema governabilidade e teto do endividamento público. Além dos debates, deputados e senadores começaram a visitar as maiores obras executadas com dinheiro da União nos estados. A programação irá até o final deste semestre, quando a comissão estará examinando o projeto de revisão do Plano Plurianual, o qual estabelece as prioridades de investimentos federais até o final do ano 2003. O Congresso já aprovou o Plano Plurianual, mas o assunto volta ao debate por conta de modificações que o Executivo fez no projeto.

Antes do debate sobre endividamento, o secretário do Tesouro, Fábio Barbosa, comparecerá à Comissão de Orçamento, na terça-feira, às 15h, para falar do cumprimento das metas fiscais do governo federal nos últimos 12 meses. Estará presente à exposição o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier. As explicações são exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

## Prefeito acusado depõe em audiência pública no dia 27



O prefeito da cidade de Amapá do Maranhão (MA), Aveny de Andrade Pacheco, é o próximo depoente a ser ouvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso que investiga o roubo de cargas no país. Aveny foi acusado de envolvimento com as quadrilhas que atuam na região por presidiários que estão colaborando com as apurações da CPI. Ele falará na audiência pública marcada para o dia 27.

Durante o período em que a comissão se instalou na cidade de São Luís, Aveny não compareceu para depor, ao contrário de outros prefeitos maranhenses supostamente envolvidos com o crime organizado. Convocado, Aveny pediu um adiamento, no que não foi atendido



Romeu Tuma esclareceu que a presença da CPI no Maranhão foi proveitosa

pelo presidente da CPI, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Tuma considerou proveitosa a presença da comissão no Maranhão. Ele afirmou, no entanto, que vários dos depoentes sofreram ameaças. Duas testemunhas, que anteriormente haviam acusado empresários e políticos locais de participação no roubo de cargas, mudaram seu depoimento e se recusaram a cooperar com as investigações. O senador recebeu uma fita cassete que comprovaria as intimidações.

Após ouvir Aveny, a comissão segue para a cidade de Campinas (SP), nos dias 29 e 30, onde fará novas diligências e audiências. A cidade paulista é tida como uma das principais bases de operação das quadrilhas de roubo de cargas e já foi visitada pela CPI no ano passado.

## Inquérito recebe dados da sessão que cassou Estevão

O Senado abriu o envelope lacrado que contém todas as informações sobre a sessão que cassou o mandato do ex-senador Luiz Estevão, em 28 de junho do ano passado, e fez uma fotocópia da lista dos senadores que votaram naquele dia. O documento foi solicitado pela comissão que investiga se os votos dados pelos senadores nas sessões secretas podem ser obtidos nos computadores que alimentam o painel de votações.

Conforme o presidente da comissão, Dirceu Teixeira de Matos, a cópia deve compor seu relatório final, para mostrar se a lista contém ou não algum sinal que identifique como votaram os senadores. Técnicos da Universidade de Campinas (Unicamp) vêm investigando os programas dos computadores do painel para ver se é possível identificar os votos das sessões secretas.



## Álvaro: MP sobre passe é resultado de trabalho da CPI

O presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), disse que a medida provisória a ser editada pelo governo, para proteção dos clubes que formam novos jogadores, foi consequência do trabalho da comissão. A MP vai permitir que os clubes assinem contratos com os novos jogadores a partir dos 16 anos de idade, com duração máxima de cinco anos. Ao fim do contrato, durante seis meses, o clube terá direito a uma indenização de 150 vezes o valor do salário do atleta, caso ele se transfira para outro clube e desde que o clube formador tenha pago em dia os salários do jovem.

Álvaro Dias informou ainda que a medida provisória vai obrigar as federações e os clubes de futebol profissional a publicarem anualmente balanços contábeis e de va-

riação patrimonial. O dirigente que não cumprir a determinação será punido e ficará inelegível. “Esta medida provisória será editada logo. Mas já acertei com o presidente da República que, até outubro, os senadores da CPI, em parceria com o Executivo, vão preparar uma legislação completa, uma verdadeira lei de responsabilidade fiscal para os clubes e federações de futebol”, disse Álvaro.

Na próxima quarta-feira, às 10 horas, a CPI vai tomar o depoimento do ex-presidente do Fluminense Manoel Schwartz e do ex-presidente do Conselho Deliberativo do clube José Pereira Antelo. Na quinta-feira, também às 10 horas, irá depor o vice-presidente admi-



Álvaro Dias prevê nova legislação sobre o futebol

nistrativo do Vasco da Gama, Mário Cupello. Os senadores vão interrogá-lo sobre as várias denúncias de irregularidades que envolvem o clube e seu presidente, Eurico Miranda.

## RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2001

- 1 Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2000 (nº 2.534/2000, na Casa de origem). Presidente da República dá nova redação ao art. 46 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos (declarações de nascimento após o prazo legal). (A matéria será apreciada se instruída com parecer da CCJ). A p r e c i a ç ã o transferida para a próxima quarta-feira, dia 28.03, uma vez que somente ontem foi eleito o presidente da CCJ.
- 2 Proposta de Emenda à Constituição nº 69, de 1999. Senador Luiz Otávio e outros. Altera a redação da alínea c do inciso I do art. 159 Constituição Federal (financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste). Parecer nº 519/2000-CCJ — Relator: Senador Ramez Tebet, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ. Encerrado o terceiro dia de discussão, em primeiro turno. A discussão terá prosseguimento na próxima sessão deliberativa ordinária.
- 3 Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1995 (nº 3.129/92, na Casa de origem). Disciplina os anúncios de oferta de emprego. Parecer nº 1.145/99-CAS — Relator: Senador Geraldo Cândido, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta. Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CAS. A matéria volta à Câmara dos Deputados.
- 4 Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 1995 (nº 5.920/90, na Casa de origem). Dispõe sobre o processo de trabalho nas ações que envolvam demissão por justa causa e dá outras providências. Pareceres nºs 134/99-CAS, Relator: Senador Osmar Dias, favorável ao projeto, com Emenda nº 1-CAS, que apresenta; — 135/99-CCJ, pela constitucionalidade, juridicidade e favorável, nos termos do parecer da Comissão de Assuntos Sociais; e, 540/2000-CAS, (em reexame, nos termos do Requerimento nº 547, de 1999) — Relator: Senador Moreira Mendes, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo), que apresenta, com votos contrários do senador Geraldo Cândido e, em separado, da senadora Heloisa Helena. Aprovada a Emenda nº 2-CAS (Substitutivo), com o art. 4º do Projeto. À Cdir, para redigir o vencido para o turno suplementar.
- 5 Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1998 (nº 2.298/91, na Casa de origem). Acrescenta dispositivos ao art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho (inclusão das horas extras habituais no aviso prévio). Parecer nº 560/99-CAS, Relator: Senador Antero Paes de Barros, favorável ao Projeto, com Emenda nº 1-CAS, que apresenta. Aprovado o Projeto e Emenda nº 1-CAS, de redação. À sanção.
- 6 Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1999 (nº 3.456/97, na Casa de origem). Institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o a atleta profissional. Pareceres nºs 1.238/2000-CAS, Relator: Senador Gilvam Borges, favorável, com abstenção do senador Mozarildo Cavalcanti; e, 1.239/2000-CE, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta, com abstenções do então senador Júlio Eduardo e da senadora Heloisa Helena. Aprovado o Projeto e Emenda nº 1-CE, de redação. À sanção.
- 7 Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 1999 (nº 732/98, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Globo de São Paulo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. Parecer nº 1.243/2000-CE, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.
- 8 Projeto de Decreto Legislativo nº 284, de 1999 (nº 164/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que autoriza a Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, estado de São Paulo. Parecer nº 438/2000-CE, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com abstenção da senadora Heloisa Helena. Aprovado. À promulgação.
- 9 Projeto de Decreto legislativo nº 178, de 2000 (nº 372/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Conceiçuense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição de Ipanema, estado de Minas Gerais. Parecer nº 16/2001-CE, Relator: Senador Francelino Pereira, favorável. Aprovado. À promulgação.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa



Parlamentares, dirigentes do Banco Central e economistas participantes do seminário “Dolarização Versus Pluralismo Monetário nas Américas” foram unânimes em desaconselhar a adoção da moeda norte-americana como alternativa para o Brasil. O seminário foi realizado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

## Armínio Fraga descarta a dolarização no Brasil

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, disse ontem que não existe qualquer motivo para o Brasil efetuar a dolarização de sua economia e que esta também não é a intenção do governo e da equipe econômica do presidente Fernando Henrique. A afirmação foi feita durante a participação de Fraga no seminário *Dolarização Versus Pluralismo Monetário nas Américas*, realizado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Fraga observou que a economia brasileira está apresentando sinais importantes de fortalecimento, com a estabilização do déficit fiscal, a adoção de reformas estruturais (previdenciária, administrativa), a melhora das finanças estaduais, principalmente agora que foi aprovada a Lei de Responsabilidade Fiscal e feito o saneamento dos bancos estaduais, além da transparência política e da queda dos juros.

Nem mesmo a elevação da taxa anual de juros básicos de 15,25% para 15,75%, anunciada pelo Banco Central na quarta-feira, é motivo para preocupação, insistiu Fraga.

— Não há perigo de mudança brusca dos rumos da economia, que apresenta indicativos saudáveis e, se reforçados esses fundamentos, no futuro vamos olhar para trás e

ver que esse ambiente de incertezas foi uma etapa do amadurecimento econômico do país — assegurou Armínio Fraga, para quem as oscilações do mercado não passam de movimentos conjunturais próprios da economia global.

Fraga admitiu que a dívida pública do Brasil está crescendo, mas observou que uma política fiscal séria e a queda de juros constante podem resolver esse problema.

— O balanço de pagamentos deve ser visto dentro de um contexto dinâmico. Nós temos hoje um déficit em conta corrente maior que nos anos anteriores e isto está provocando a elevação de nosso passivo externo, mas essa situação vai se reverter, pois a economia está se aquecendo — reforçou.

Voltando à questão da dolarização, ele esclareceu que as conjunturas econômicas do Brasil, da Argentina e do México não podem ser comparadas. No caso da Argentina, lembrou que a adoção paulatina do dólar é decorrente de uma situação histórica e vista como natural. Quanto ao México, que passou por processo similar em 1994, recordou que a economia enfrentava um elevado déficit em conta corrente e perspectivas financeiras negativas, “o que não é o caso do Brasil”, acentuou.

## Delfim não vê razão para lançar o país nessa “aventura monetária”

Ao participar do seminário *Dolarização Versus Pluralismo Monetário nas Américas*, o ex-ministro da Fazenda e deputado federal Delfim Netto disse que não acredita no interesse dos Estados Unidos em forçar uma dolarização geral dos países da América Latina.

— Essa idéia está na cabeça dos economistas latino-americanos. Os Estados Unidos não estariam dispostos a assumir os riscos e erros dos países que viessem a adotar a moeda americana — sentenciou.

Delfim não vê razão para o Brasil “lançar-se em uma aventura monetária dessa natureza”, pois, observou, existe uma relativa estabilidade fiscal e o custo de regimes desse tipo é muito alto.

— A dolarização é um processo em que entram países que estão dis-

postos a abdicar da soberania, que querem ser algemados e já perderam a auto-estima. Não é, de maneira alguma, o caso do Brasil, que deve perseguir as condições que tem para desenvolver-se, reforçando o setor de exportações — recomendou.

Ele sugeriu que o país persiga o caminho de unir-se aos seus parceiros latinos para formar um bloco comercial, o Mercosul, “mas sem objetivos de adoção de uma moeda única”, advertiu.



Delfim: idéia só está na cabeça de economistas latino-americanos



Seminário *Dolarização Versus Pluralismo Monetário nas Américas* reuniu parlamentares, autoridades e economistas

## Senadores indagam sobre reflexos no Mercosul

Além de assegurar aos senadores que o governo Fernando Henrique não tem intenção de dolarizar a economia, o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, deixou claro que o fato de outros países latino-americanos adotarem o dólar não criará dificuldades de relacionamento. Ele respondeu a diversas questões sobre o assunto expostas pelos senadores que participaram do seminário *Dolarização Versus Pluralismo Monetário nas Américas*, promovido pela Comissão de Assuntos Econômicos e presidido pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que apoiava a decisão do governo de não querer trocar o real pelo dólar. Na opinião de Suplicy, essa postura deveria ser manifesta-

da aos demais países da América Latina como forma de marcar posição e provocar a reflexão sobre o tema. Fraga respondeu que o fato de o Brasil estar acertando a sua economia já seria um sinal para os outros e até mesmo um exemplo.

Os senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Jefferson Péres (PDT-AM) revelaram preocupação com o impacto da possível dolarização argentina no Mercosul. O presidente do BC disse que não encarava a dolarização como um fenômeno que estivesse acontecendo em todo o mundo, enquanto a integração regional é uma tendência mundial.

Ainda respondendo a questionamento de Fogaça, Armínio Fraga esclareceu que não concorda com a manutenção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Finan-

ceira (CPMF), pois entende que ela onera o capital e afugenta os investimentos externos. Sobre esse assunto, levantado também pelo senador Paulo Hartung (PPS-ES), Fraga disse que a revisão do sistema tributário é uma das prioridades do governo, bem como a revisão das atribuições da instituição que dirige.

Também os senadores Roberto Saturnino (PSB-RJ), Ademir Andrade (PSB-PA) e Pedro Simon (PMDB-RS) dirigiram perguntas ao presidente do BC quanto aos aspectos sociais relacionados com a política econômica do país. Fraga sustentou que a estabilização da economia está resultando em uma melhor distribuição de renda, mas reconheceu que ainda falta muito para o Brasil atingir sua meta de desenvolvimento.

## Economistas rejeitam adoção da moeda norte-americana

Os economistas convidados para o seminário *Dolarização versus Pluralismo Monetário nas Américas* desaconselharam a adoção da moeda norte-americana. Um dos convidados, o ex-presidente do Banco Central Afonso Celso Pastore, criticou políticas de câmbio fixo, classificando a dolarização como a pior forma de controle cambial. Na sua opinião, a adoção de uma moeda controlada por outro país faz com que a nação perca a capacidade de enfrentar ataques especulativos.

— Para o Brasil, a utilização do dólar de maneira unilateral seria uma grave perda de autonomia, implicando dificuldades para implementar instrumentos de política econômica — afirmou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ao final do seminário.

Já o diretor do Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, avaliou a crise na Argentina, que, na

sua opinião, foi provocada pela equiparação do peso ao dólar. A medida foi elogiada inicialmente, disse, mas depois provou ser ineficiente.

Essa também foi a opinião manifestada pelo professor Eduardo Gianetti da Fonseca, que acredita que a Argentina está “num beco sem saída”, e que o Brasil acertou ao se livrar da âncora cambial.

Segundo Daniel Gleizer, diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, o argumento de que a dolarização levaria à perda da autonomia também é utilizado pelos defensores da medida, por acreditarem que os países da América Latina são incapazes de conduzir suas economias. Porém, ele rejeita a tese, por acreditar que o Brasil é capaz de construir mecanismos de fortalecimento e crescimento institucional necessários à estabilidade monetária.

Nesse momento, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) lembrou

que os maiores descontroles monetários ocorreram em países europeus e não latino-americanos. Para ele, o Brasil não pode assumir um sentimento de inferioridade e acreditar que a solução é a dolarização, o que poderia liquidar com sua soberania.

Ao encerrar o seminário, Suplicy ressaltou que a integração monetária só pode ser pensada se valer para todos os elementos da sociedade, favorecendo o ser humano.

— Se algum dia ocorrer a integração de nossas economias e das nações, deve ser num processo de construção institucional em que haja representação de todos, como na Europa — destacou.



Eduardo Suplicy: grave perda de autonomia

# Viana pede decisão do STF sobre filantrópicas

Na opinião do senador, poderá ser necessário mudar a lei "para impedir que entidades que se apresentam como beneficentes usem recursos públicos em benefício de dirigentes ou de uma clientela rica"

O senador Tião Viana (PT-AC) apelou ontem ao ministro Moreira Alves, do Supremo Tribunal Federal (STF), para que julgue o mérito de uma ação movida com o intuito de manter intactos os privilégios das entidades filantrópicas. Patrocinada pela Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços, a ação contesta o corte nas isenções fiscais a essas entidades estabelecido pela Lei 7.932, proposta pelo governo e aprovada pelo Congresso há dois anos. Como está pessimista em relação à sentença, o senador acredita que, uma vez anunciada, será possível mudar a lei ou a Constituição, de modo a coibir os abusos daquelas entidades.

De acordo com a Lei 7.932, para

ser considerada beneficente (e receber o direito à isenção fiscal), a entidade deve promover a assistência social de forma gratuita e exclusiva. No caso das organizações que atuam na área da saúde, 60% dos leitos devem ser utilizados com pacientes do Sistema Único de Saúde. Para evitar essas restrições, a confederação ingressou no STF com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) com base no artigo 195 da Constituição, que concede isenção de contribuição para a seguridade social às entidades beneficentes de assistência social.

Na decisão liminar (provisória), Moreira Alves considerou, segundo Tião Viana, que a lei fere a Constituição ao não considerar benefi-

centes as entidades que também desenvolvam atividades lucrativas, não sendo exclusivamente beneficentes. Além disso, por tratar de matéria que envolve limitação de poder de tributar, a lei deveria ser complementar (à Constituição) e não ordinária. Assim, os efeitos da Lei 7.932 estão suspensos até o julgamento do mérito (definitivo).

Lamentando que a liminar indique o resultado da ação, Viana pregou a necessidade de mudanças legais ou constitucionais para impedir que entidades que se apresentam como beneficentes usem recur-



Tião Viana teme que a decisão liminar já indique o resultado da ação

solos públicos (tributos não pagos) para beneficiar seus dirigentes ou uma clientela rica.

Como exemplo de entidade que recebe isenção fiscal, "mas não atende aos pobres", o senador citou o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, com R\$ 22 milhões não recolhidos anualmente ao INSS. O valor é três vezes e meia maior do que a verba anual do Hospital de Base de Brasília. Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) defendeu a isenção do Einstein, por se tratar de instituição que promove pesquisas científicas de interesse do país.

## Rádio Senado destaca o canto de Chet Baker

Alguns dos melhores momentos do trompetista Chet Baker cantando vão ser apresentados no programa *Improviso - Jazz Sem Fronteiras*, que a Rádio Senado transmite neste final de semana. O jeito único de Baker cantar, com sua voz pequena e suave e o estilo *cool* do jazz produzido na Costa Oeste americana, causou sensação nos anos 50, início de seu sucesso. Entre outros álbuns, *Improviso* vai destacar o disco *It Could Happen to You*, primeiro disco vocal gravado por Chet Baker, em 1958.

Outro registro importante a ser apresentado no programa é o álbum *Baker's Holiday*, que o trompetista dedicou ao repertório de sua amiga Billie Holiday. Comentando o estilo da cantora, Baker dizia que adorava o modo como ela vocalizava, sem nunca elevar a voz. Ele considerava que Billie Holiday não tinha uma grande voz, mas a utilizava de maneira muito especial. O comentário cabe perfeitamente para o seu próprio canto.

*Improviso* tem produção e apresentação dos jornalistas Flavio de Mattos e Vinicius Becker e vai ao ar aos sábados, às 20h, com reapresentação aos domingos, às 23h30, pela Rádio Senado FM - 97,7. O programa pode também ser acessado ao vivo pela Internet no endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio).

## Agripino relata participação do Brasil em encontro do BID

Ao apresentar um balanço da 2ª Reunião Anual das Assembléias de Governadores, organizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Corporação Interamericana de Investimentos, e realizada em Santiago do Chile, o senador José Agripino (PFL-RN) informou ao Plenário que o ministro do Planejamento, Martus Tavares, foi convidado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) para organizar um seminário sobre a Lei de Responsabilida-

de Fiscal.

De acordo com o senador, os governos da Argentina, do Chile, da Colômbia e de outros países apoiaram a realização do seminário sobre a lei aprovada no ano passado pelo Congresso. O senador participou do encontro, que foi encerrado quarta-feira em Santiago.

Segundo Agripino, o ministro



José Agripino esteve presente à reunião em Santiago

mostrou-se preocupado com o fato de que inúmeras empresas que antes eram beneficiadas pelos créditos do BID deixaram de ser, porque foram privatizadas. Martus também se mostrou favorável à criação de juros diferenciados para os empréstimos concedidos

pelo BID. Desse modo, conforme o senador, os países em maior dificul-

dade econômica pagariam taxas menores.

Agripino disse que a Reunião Anual é uma oportunidade dos representantes de os países latino-americanos apresentarem um balanço da economia, com vistas a atrair investimentos externos, sejam estatais ou particulares. No encontro deste ano, além do presidente do Chile, Ricardo Lagos, também estiveram presentes os presidentes da Argentina, Fernando de La Rúa, e do Uruguai, Jorge Battle.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h-Cores do Brasil/Goiás Velho  
6h30-Cidadania-O sen. Nabor Júnior e o diretor do Departamento de Defesa do Consumidor, Roberto Freitas Filho, falam sobre o direito do consumidor  
7h30-Entrevista-Artur da Távola, secretário das Culturas do Município do Rio de Janeiro, fala sobre o livro no Brasil  
8h-Jornal do Senado-As principais notícias do dia  
8h30-Saúde/Unip-Diversidade e conservação da Amazônia - Parte 2  
9h-Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após-Seminário Dolarização x Pluralismo Monetário nas Américas: A Controvérsia Vista do Brasil (gravado - Parte 2)  
Logo após-Sessão Plenária (reapresentação)  
18h30-Quem Tem Medo da Música Clássica?-Mozart - Sinfonia Linz nº 36 - K425  
19h30-Cidadania-A sen. Marina Silva e o embaixador Gilberto Sabóia, secretário de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, falam sobre discriminação racial  
20h30-Entrevista-Artur da Távola fala sobre o livro no Brasil  
21h-Jornal do Senado-As principais notícias do dia  
21h30-Espaço Cultural-Ana Botafogo  
22h-Fala Cidadã-A conexão do Senado com a sociedade  
22h30-Teatro Arthur Azevedo-Jane Duboc  
23h30-Cores do Brasil-Belem  
24h-Especial-Ferreira Gullar

#### SÁBADO

0h30-Idéias-Os senadores: opinião, discursos e novos projetos  
1h-Debate-O sen. Geraldo Cândido e o deputado federal Luciano Zica falam sobre o acidente na Petrobras  
2h-Saúde/Unip-A violência - Parte 1  
2h30-Jornal do Senado-O resumo das atividades do Senado  
3h-Espaço Cultural-Ana Botafogo  
3h30-Entrevista-O sen. Carlos Patrocínio fala sobre construção civil e habitação  
4h-Saúde/Unip-A violência - Parte 1  
4h30-Jornal do Senado-O resumo das atividades do Senado  
5h-Canal Médico-Anestesia em Debate - Raqui, peridural ou os dois  
6h-Especial-Ferreira Gullar  
6h30-Agenda Econômica-O economista Dércio Munhoz fala sobre a crise na Argentina  
7h30-Entrevista-O sen. Geraldo Cândido fala sobre o racismo no Brasil  
8h-Jornal do Senado-O resumo das atividades do Senado  
8h30-Espaço Cultural-Ana Botafogo  
9h-Manifestações Culturais-Casa Museu de Gilberto e Magdalena Freyre  
9h30-De Coração-Fatores de risco clássicos: mitos ou verdades científicas? - Dr. Jayme Diament  
10h-Quem Tem Medo da Música Clássica?-Wolfgang Amadeus Mozart - Sinfonia Linz nº 36 - K425  
11h-Idéias-Os senadores: opinião, discursos e novos projetos  
11h30-Fala Cidadã-A conexão do Senado com a sociedade  
12h-Jornal do Senado-O resumo das atividades do

#### Senado

12h30-Entrevista-Amílcar Guerreiro, chefe do Departamento de Energia da Eletrobrás, fala sobre conservação de energia no Brasil  
13h-Especial-Ferreira Gullar  
13h30-Agenda Econômica-O economista Dércio Munhoz fala sobre a crise na Argentina  
14h30-Espaço Cultural-"Fuá na Casa de Cabral" - os ritmos do Nordeste com o grupo Mestre Ambrásio  
16h-Saúde/Unip-A violência - Parte 1  
16h30-Entrevista-O sen. Paulo Hartung fala sobre a política de saneamento básico  
17h-Espaço Cultural-Ana Botafogo  
17h30-Idéias-Os senadores: opinião, discursos e novos projetos  
18h-Quem Tem Medo da Música Clássica?-Wolfgang Amadeus Mozart - Sinfonia Linz nº 36 - K425  
19h-Manifestações Culturais-Gilbertianas  
19h30-Cidadania-A sen. Marina Silva e o embaixador Gilberto Sabóia, secretário dos Direitos Humanos, falam sobre a discriminação racial  
20h30-Entrevista-Artur da Távola, secretário das Culturas do Município do Rio de Janeiro, fala sobre o livro no Brasil  
21h-Jornal do Senado-O resumo das atividades do Senado  
21h30-Teatro Arthur Azevedo-Show Ramilonga  
23h-Fala Cidadã-O Senado e a sociedade na TV  
23h30-Especial-Ferreira Gullar  
24h-Canal Médico-Reabilitação pulmonar do paciente

#### DOMINGO

1h-Debate-O sen. Geraldo Cândido e o deputado federal Luciano Zica falam sobre o acidente na Petrobras  
2h-Saúde/Unip-A violência - Parte 2  
2h30-Jornal do Senado-O resumo das atividades do Senado  
3h-Especial-Ferreira Gullar  
3h30-Entrevista-Artur da Távola, secretário das Culturas do Município do Rio de Janeiro, fala sobre o livro no Brasil  
4h-Saúde/Unip-A violência - Parte 2

4h30-Jornal do Senado-O resumo das atividades do Senado  
5h-Idéias-Os senadores: opinião, discursos e novos projetos  
5h30-Espaço Cultural-Ana Botafogo  
6h-Cores do Brasil-Espírito Santo  
6h30-Canal Médico-Reabilitação pulmonar do paciente DPOC  
7h30-Entrevista-O sen. Paulo Hartung fala sobre a política de saneamento básico  
8h-Jornal do Senado-O resumo das atividades do Senado  
8h30-Especial-Ferreira Gullar  
9h-Manifestações Culturais-Gilbertianas  
9h30-Saúde/Unip-A violência - Parte 2  
10h-Quem Tem Medo da Música Clássica?-Wolfgang Amadeus Mozart - Sinfonia Linz nº 36 - K425  
11h-Fala Cidadã-A conexão do Senado com a sociedade  
11h30-Idéias-Os senadores: opinião, discursos e novos projetos  
12h-Jornal do Senado-O resumo das atividades do Senado  
12h30-Entrevista-O sen. Geraldo Cândido fala sobre o racismo no Brasil  
13h-Espaço Cultural-Ana Botafogo  
13h30-Cidadania-O sen. Nabor Júnior e o diretor do Departamento de Defesa do Consumidor, Roberto Freitas Filho, falam sobre o direito do consumidor  
14h30-Espaço Cultural-"Fuá na Casa de Cabral" - Os ritmos do Nordeste com o grupo Mestre Ambrásio  
16h-De Coração-Fatores de risco clássicos: mitos ou verdades científicas? - Dr. Jayme Diament  
16h30-Entrevista-Amílcar Guerreiro, chefe do Departamento de Energia da Eletrobrás, fala sobre conservação de energia no Brasil  
17h-Especial-Ferreira Gullar  
17h30-Fala Cidadã-A conexão do Senado com a sociedade

18h-Quem Tem Medo da Música Clássica?-Wolfgang Amadeus Mozart - Sinfonia Linz nº 36 - K425  
19h-Manifestações Culturais-Casa Museu de Gilberto e Magdalena Freyre  
19h30-Agenda Econômica-O economista Dércio Munhoz fala sobre a crise na Argentina  
20h30-Entrevista-O sen. Carlos Patrocínio fala sobre a construção civil e habitação  
21h-Jornal do Senado-O resumo das atividades do Senado  
21h30-Teatro Arthur Azevedo-Show Ramilonga  
23h-Idéias-Os senadores: opinião, discursos e novos projetos  
23h30-Espaço Cultural-Ana Botafogo  
24h-Quem Tem Medo da Música Clássica?-Wolfgang Amadeus Mozart - Sinfonia Linz nº 36 - K425

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h - Agenda Senado  
Em seguida - Música e informação  
9h - Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
Em seguida - Música e informação  
19h - A Voz do Brasil  
Em seguida - Música e informação  
20h30 - Senado em Linha Direta - Edição Nordeste  
Em seguida - Música e informação  
21h - Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida - Música e informação  
21h30 - Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste  
Em seguida - Música e informação  
24h - Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida - Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

# Patrocínio defende programa brasileiro contra Aids

Senador lamenta que trabalho de combate à doença desenvolvido no país corra risco de interrupção. “A sobrevivência da espécie humana é um valor muito acima dos mesquinhos interesses comerciais”, afirma

Ao afirmar que o programa brasileiro anti-Aids, elogiado por especialistas de todo o mundo, corre o risco de ser interrompido por uma ação norte-americana contra o Brasil na Organização Mundial da Saúde (OMS), o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) defendeu o direito de o país fabricar, em seu território, os anti-retrovirais genéricos, sobretudo para o combate à Aids.

Os norte-americanos alegam, conforme afirmou ontem o senador, que um artigo da Lei de Patentes brasileira desrespeita o

acordo de direito de propriedade intelectual relacionado ao comércio. Para reforçar a posição brasileira, Carlos Patrocínio citou recentes declarações do secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, que elogiou o Programa Nacional de Combate à Aids, afirmando que a produção local de anti-retrovirais genéricos reduziu o número de mortes em mais de 25%.

Da mesma forma, acrescentou Patrocínio, o Programa das Nações Unidas de Combate à Aids (Unaid), por meio de um comu-

nicado, sugeriu que os grandes fabricantes que detêm patentes estendam os acordos com produtores locais e ofereçam a licença para que fabriquem os remédios a preços mais baixos para países do Terceiro Mundo. Além disso, salientou, diversas entidades e organizações internacionais, como a Médicos sem Fronteiras, a União Européia e a Cruz Vermelha, também já manifestaram seu apoio à política brasileira de combate ao vírus HIV e criticaram os grandes laboratórios farmacêuticos.

O senador defendeu o direito de fabricação dos genéricos a preços mais baixos e a colocação de drogas capazes de salvar vidas nos países em desenvolvimento. “É uma questão de humanidade, e a sobrevivência da espécie humana é um valor muito acima dos mesquinhos interesses comerciais”, disse.



Carlos Patrocínio lembra que a ONU elogiou o Programa Nacional de Combate à Aids



Segundo Luiz Otávio, o governo esqueceu do trabalhador que está com o imposto atrasado

## Luiz Otávio quer estender o Refis às pessoas físicas

O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) anunciou ontem em Plenário que apresentará projeto de lei estendendo às pessoas físicas os benefícios do Programa de Recuperação Fiscal (Refis). O Refis permitiu às empresas refinanciarem seus impostos e tributos em atraso.

— Ao instituir o Refis, o governo esqueceu do trabalhador que está com o Imposto de Renda atrasado, a dona de casa que ainda não registrou a empregada doméstica no INSS e outros cidadãos com problemas semelhantes — afirmou o senador.

Conforme Luiz Otávio, muitos brasileiros enfrentam uma situação tão difícil que não podem momentaneamente quitar suas obrigações fiscais, ficando sujeitos a perder bens como casa e carro. O senador disse esperar o apoio unânime de seus colegas ao projeto, e pediu ao governo que oriente sua base de apoio a tratar a matéria como urgente, mesmo tratamento dispensado ao Refis destinado às pessoas jurídicas.

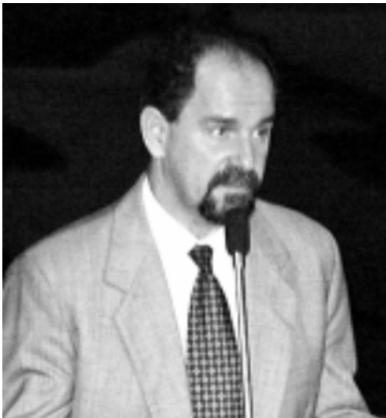
## Dutra cobra informações sobre a transposição de águas do São Francisco

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) cobrou ontem do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, o envio de informações sobre os estudos técnicos para a transposição de águas do rio São Francisco. Ele ameaçou entrar com processo de crime de responsabilidade contra Fernando Bezerra, porque encaminhou ao ministério requerimento de informações sobre o assunto em 6 de dezembro do ano passado, mas, até agora, não recebeu qualquer resposta.

Dutra disse que irá aguardar as informações até a próxima quarta-feira, acrescentando que, se não forem enviadas, abrirá processo contra o ministro, como prevê a Constituição. Ressaltou que o prazo constitucional de 30 dias para o envio pelos ministérios das informações requeridas pelo Legislativo está vencido, e o atraso já chega a 90 dias.

O senador informou que, por diversas vezes, solicitou ao ministro Fernando Bezerra que atendesse ao requerimento de informações, mas, infelizmente, até hoje, não recebeu nenhuma informação. Ele pediu à Mesa que encaminhe ao ministro cópia de seu pronunciamento.

— Ou ele envia as informações ou vem a público dizer que não há nenhum estudo sobre viabilidade técnica, de impacto ambiental e de



José Eduardo Dutra ameaça iniciar processo contra ministro pela falta de informações

natureza hidrológica a respeito da transposição do Rio São Francisco; que estava mentindo o tempo todo — afirmou o parlamentar.

Dutra comunicou que na manhã de ontem estaria sendo realizada uma grande manifestação na ponte sobre o rio São Francisco que liga os municípios de Propriá, em Sergipe, e Porto Real do Colégio, em Alagoas, com a participação de partidos políticos, representantes da Igreja, ambientalistas e membros da comunidade. Os manifestantes desejam chamar a atenção do presidente da República e do país contra a transposição do rio sem a sua devida revitalização.

— Fazer a transposição do São Francisco, que já está morrendo, é acelerar sua morte — asseverou Dutra.

## Heloísa Helena critica execução do projeto sem revitalizar o rio

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) criticou a intenção do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, de levar adiante o projeto de transposição das águas do rio São Francisco “sem precedê-lo de ações indispensáveis de revitalização das matas ciliares do rio e saneamento básico dos municípios pobres que ficam às suas margens”. Para ela, é indispensável que o ministro Fernando Bezerra compareça ao Senado para debater a questão, antes que seja tarde.

A senadora citou o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) que relaciona 17 consequências negativas e apenas 9 positivas em relação ao projeto. Uma das mais preocupantes é a diminuição da geração de energia elétrica. Além disso, sustenta Heloísa Helena, o relatório não inclui análise dos problemas da foz do rio, onde a cunha de salinidade proveniente de águas do mar penetrando no rio já representa um problema ambiental sério para Alagoas e Sergipe.

Heloísa negou que haja egoísmo dos representantes dos estados de Alagoas, Sergipe e Bahia, banhados pelo São Francisco, ao se posicionarem contra o projeto, que retirará parte da vazão do rio em suas terras para distribuir água a populações do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Ceará.



Heloísa afirma que o Relatório de Impacto Ambiental aponta mais problemas

— O governo está mexendo com os corações da população pobre desse estados dizendo que o projeto vai resolver seu problema de seca e fome. Não é verdade, basta observar a extrema pobreza de tantos municípios nordestinos situados a poucos quilômetros das margens do São Francisco — salienta.

Em aparte, o senador José Eduardo Dutra lembrou que a comissão de senadores que visitou os Estados Unidos para se inteirar do projeto de transposição das águas do rio Colorado constatou seu êxito nas terras dos estados norte-americanos, mas verificou que os problemas do projeto surgiram, justamente, na foz do rio, localizada no México. “Alagoas e Sergipe estarão fazendo o papel do México nessa história”, afirmou.

## Lobão elogia retomada das obras da Ferrovia Norte-Sul

Senador lembra que Sarney, quando presidente da República, vislumbrou a viabilidade de um grande corredor de exportação na área

O senador Edison Lobão (PFL-MA) elogiou a decisão do governo federal de concluir a Ferrovia Norte-Sul. Ele ressaltou que as obras foram reiniciadas depois de uma paralisação de sete anos e que no último dia 13 de março começaram a ser escoadas partidas regulares de soja produzida na região de Balsas (MA).

— Em média, o transporte de



Lobão destaca a economia no custo de transporte da produção proporcionada pela rodovia

soja, por quilômetro na ferrovia, custa R\$ 0,02 e na rodovia sobe para R\$ 0,05. Com o escoamento da soja que agora se inicia no novo trecho operado da Norte-Sul, haverá uma redução da ordem de R\$ 4,14 por tonelada do produto — afirmou.

Estima-se, conforme o senador, que, neste ano de 2001, serão embarcadas 660 mil tonela-

das de soja através da ferrovia. Dentro de poucos meses os embarques já estarão sendo feitos de Estreito, dali penetrando no estado do Tocantins.

Lobão lembrou que o atual senador José Sarney (PMDB-AP), quando na Presidência da República, “vislumbrou a viabilidade de um grande corredor de exportação da produção agrícola do Nordeste, Centro-Oeste e Tocantins”. Assim surgiram, com início das obras em 1988, o sistema ferroviário Norte-Sul e Carajás, sob a responsabilidade da Companhia Vale do Rio Doce.

## Francelino: baixa escolaridade entre os negros amplia “apartheid” verde-amarelo

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) apresentou ontem, em Plenário, análise do quadro de exclusão social vivido pelos negros no Brasil. Apoiando-se nos resultados de levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o senador apontou a existência do que chamou de “apartheid verde-amarelo”, comparando a situação brasileira com o regime discriminatório vivido pelos negros da África do Sul há alguns anos.

Conforme os dados da pesquisa, um negro hoje com 70 anos estudou, em média, 2,2 anos a

menos que um branco da mesma idade. A prova de que a situação não vem melhorando ao longo do tempo é que um negro de 30 anos mantém praticamente a mesma desvantagem em relação ao branco da mesma idade: estudou 2,1 anos a menos. “Em matéria de discriminação contra a raça negra, estamos vivendo uma situação pior do que a da África do



Para Francelino, situação do Brasil é pior do que a da África do Sul no apartheid

Sul, que até 1994 esteve sob feroz regime racista”, disse Francelino, que lembrou a passagem, na quarta-feira, do Dia Internacional de Luta pelo Fim da Discriminação Racial.

Naquele país, observou o senador, os negros também estudam menos que os brancos, mas as diferenças de escolaridade vêm diminuindo de forma mais acentuada que no Brasil.

## Cândido pede reintegração de 5.792 trabalhadores demitidos da Saúde



Cândido aponta equívoco do governo nas demissões

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) voltou a reivindicar a reintegração, à Fundação Nacional de Saúde, de 5.792 trabalhadores demitidos por ocasião da implantação do Siste-

ma Único de Saúde (SUS). Cândido explicou que o governo federal, valendo-se de uma lei de 1964, recorreu ao Superior Tribunal de Justiça contra uma decisão favorável obtida pelo sindicato dos trabalhadores em primeira instância e conseguiu sustar a sentença.

Os trabalhadores demitidos, segundo o senador, eram encarregados do controle de epidemias. Num momento em que a dengue e a febre amarela surgem em

alguns estados da Federação quase com caráter endêmico, disse Cândido, fica bem claro o equívoco do governo federal de deixar esse assunto sob a responsabilidade das prefeituras, como estipula o SUS.

O senador pelo Rio de Janeiro lembrou palavras do ministro da Saúde, José Serra, reconhecendo que os prefeitos têm feito “corpo mole” ao implementar o combate aos surtos endêmicos.

## Nabor aplaude candidata que defende ligação com o Brasil

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) saudou ontem a declaração da candidata à Presidência do Peru, Lourdes Flores, de que pretende fomentar, com o governo brasileiro, um canal de trânsito direto para o Oceano Pacífico, para que empresas brasileiras cheguem mais facilmente aos mercados orientais.

Nabor Júnior ressaltou que uma saída asfaltada do Brasil para a costa do Pacífico daria ao país acesso direto aos dois lados do mundo, atingindo seus principais oceanos. Ele lembrou que a interligação rodoviária Brasil-Peru já é uma questão decidida entre os dois países, tendo sido objeto de um tratado bilateral firmado na década de 80 pelos então presidentes João Figueiredo e Bellaunde Terry. Desde



Nabor Júnior: Brasil não pode abandonar seus interesses continentais

aquela época, recordou o senador, diversos estudos técnicos realizados apontam a viabilidade e a maior rentabilidade da conexão a ser feita via Acre.

O Brasil, afirmou o senador, não pode mais abandonar seus interesses continentais, nos

quais se destaca a necessidade de atingir o Pacífico por meio de rodovias e portos próprios, já definidos e consignados pelo Peru. Aquela país, observou, também obterá benefícios com o acesso privilegiado ao Pacífico.

A medida, na avaliação do senador, significará a libertação do Brasil da submissão aos condicionamentos atuais, que mantêm o país “subordinado aos interesses e à ganância dos donos das rotas e dos entrepostos estrangeiros”.

## Maldaner reivindica perdão da dívida de pequeno agricultor

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apelou ao governo de Santa Catarina para que anistie uma dívida de R\$ 20 milhões que 40 mil famílias de pequenos produtores rurais contraíram junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e que foi



Casildo Maldaner: apelo em favor de pequenos produtores rurais de Santa Catarina

transferida para o estado e os municípios catarinenses. O parlamentar disse que esses agricultores enfrentaram em 1996 uma difícil estiagem, “não colheram nada e, como consequência, foram obrigados a recorrer a esse crédito”.

Os dados divulgados pelo último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que atestam que apenas 20% da população vive no campo, chamaram a atenção do senador. Baseando-se nesses números, o parlamentar disse entender que, ao perdoar a dívida, o governo catarinense adota uma medida eficaz para combater o êxodo rural. Ao

argumentar que esse dinheiro não vai fazer falta ao estado, Casildo Maldaner explicou que considerava irrisório o valor que os agricultores devem.

O senador classificou o esvaziamento dos municípios do interior como preocupan-

te. E aproveitou para ilustrar o quanto a situação do êxodo é dramática, afirmando que, em algumas pequenas cidades do estado, as empresas de ônibus estão operando com prejuízo. Segundo Casildo Maldaner, a maior parte dos habitantes jovens deixou esses municípios. O resultado é que a maioria dos usuários dos serviços de transporte público tem mais de 65 anos e não precisa pagar pelo serviço.

Além de manifestar preocupação com o esvaziamento dos municípios do interior, o senador expressou sua apreensão com o inchaço das grandes cidades.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Carlos Wilson, Mozarildo Cavalcanti e Nabor Júnior